

JEFERSON TEODOROVICZ

*Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado e Pesquisador. Editor-Adjunto da Revista Direito Tributário Atual. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Professor de Direito Tributário e de Processo Tributário no Curso de Direito do Centro Universitário Uninter e da Faculdade Dom Bosco, em Curitiba, Paraná.*

# HISTÓRIA DISCIPLINAR DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

SÉRIE DOUTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XXI



IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário

QUARTIER LATIN

# Editora Quartier Latin do Brasil

Rua General Flores 508 – Bom Retiro, São Paulo – SP

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*  
*www.quartierlatin.art.br*

**Coordenação editorial: Vinicius Vieira**  
**Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno**  
**Diagramação: Victor Guimarães Sylvio**  
**Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares**  
**Capa: Eduardo Nallis Villanova**

TEODOROVICZ, Jeferson. História Disciplinar  
do Direito Tributário Brasileiro – Série Doutrina  
Tributária Vol. XXI. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

1. Direito Tributário. 2. Direito Financeiro. 3. História  
do Direito. I. Título

ISBN: 85-7674-878-9

## **Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Direito Financeiro
3. Brasil: História do Direito

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Apresentação.....	15
Nota Preliminar.....	17
Prefácio.....	19
Agradecimentos.....	23
Lista de Siglas.....	25

## INTRODUÇÃO, 27

I. Por que, afinal, “História Disciplinar do Direito Tributário Brasileiro”?	32
II. O processo de especialização disciplinar e a dúvida elementar sobre sua plena aplicabilidade ao processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro.....	42
III. O processo de especialização disciplinar e os diferentes sentidos da autonomia do Direito Tributário.....	51
IV. Estrutura da Obra.....	54

## CAPÍTULO I

### A PRÉ-HISTÓRIA E O INÍCIO DO PROCESSO DISCIPLINAR DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1. Os antecedentes estrangeiros no período pré-disciplinar do Direito Tributário Brasileiro no século XIX.....	59
1.1. Aspectos preliminares .....	59
1.2. A preferência histórica da Ciência das Finanças no estudo do fenômeno tributário no século XIX.....	63
1.3. Constitucionalismos estrangeiros no limiar do século XIX e o impulso publicista europeu.....	66
1.4. O surgimento do Direito Público Europeu e a contribuição inicial à literatura tributária.....	73
1.5. O lastro histórico do formalismo jurídico e do positivismo jurídico no século XIX e suas consequências ao Direito Público Europeu.....	81

1.5.1. Brevíssima síntese das tendências hermenêuticas no século XIX: a base elementar para o positivismo e formalismo jurídicos.....	81
1.5.2. O formalismo jurídico, o positivismo jurídico no século XIX e a tendência ao afastamento de influências externas ao “método jurídico”.....	87
1.5.3. O formalismo e o positivismo jurídico no Direito Público Europeu.....	91
1.5.3.1. Os esforços de Gerber e Laband no Direito Público Europeu.....	91
1.5.3.2. A contribuição de Otto Mayer perante o “Poder Financeiro” no Direito Administrativo.....	94
1.5.3.3. Franz von Myrbach-Rheinfeld e a “sistematização jurídica” do Direito Financeiro.....	97
2. A “Pré-história” da doutrina tributária brasileira: o período pré-disciplinar do Direito Tributário Brasileiro no século XIX e no início do século XX.....	102
2.1. As repercussões das produções teóricas europeias nos estudos brasileiros do século XIX: entre o Direito Público Brasileiro (Pimenta Bueno), a Sintetologia (Ferreira Borges) e o ancestral “Direito Financeiro”.....	102
2.2. Os estudos fiscais na Monarquia brasileira: Direito Fiscal ou Direito Financeiro?.....	110
2.3. A contribuição de Rui Barbosa e as transformações vivenciadas nos anos finais do século XIX.....	113
2.4. Primeiras décadas do século XX e a tradição de estudos “fiscais” ligados à Ciência das Finanças, ao Direito Administrativo e ao Direito Financeiro.....	116
2.5. Constitucionalismo tributário pré-disciplinar (da Monarquia ao “Estado Novo”).....	126
3. As tentativas iniciais disciplinares (autonomistas) no período pré-disciplinar do Direito Tributário Brasileiro: o período de transição e o esforço de João Martins de Oliveira.....	133
3.1. Os obstáculos ao processo disciplinar (autonomia teórica e autonomia de ensino) do Direito Tributário no Brasil nas primeiras décadas do século XX.....	138
4. Fatores que impulsionaram o processo disciplinar do Direito Tributário no Brasil.....	143
4.1. A influência crescente da doutrina tributária fundacional (europeia) na literatura nacional.....	143
4.2. Crises políticas e econômicas do período e reflexos tributários no Brasil.....	158

4.3. Os Reflexos da Política Fiscal Anticíclica keynesiana na elevação da carga tributária no Brasil.....	163
4.4. A “Crise do Supremo” e a luta pela criação de um Tribunal Fiscal (judicial) no Brasil .....	169
4.5. A contribuição do emergente contencioso fiscal .....	176
4.6. A crescente divulgação de estudos tributários através de periódicos especializados.....	181
4.7. A contribuição da Constituição de 1946 para o Direito Tributário Brasileiro e o papel de Aliomar Baleeiro.....	189
4.7.1. As Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar na Constituição de 1946.....	189
4.7.2. A autorização para a elaboração de normas gerais em Direito Financeiro.....	194
4.8. A influência teórica de Tullio Ascarelli no processo disciplinar (autonomia teórica e autonomia de ensino) do Direito Tributário Brasileiro.....	196
4.9. A contribuição de Rubens Gomes de Sousa no processo disciplinar do Direito Tributário entre os anos 1940 e 1950.....	202
4.10. O processo codificador do direito tributário brasileiro a partir da década de 1950.....	209
4.10.1. Antecedentes estrangeiros: Constitucionalismo Social Democrático pós-Guerra e o fenômeno codificador.....	209
4.10.2. A contribuição da codificação tributária germânica (1919) e repercussões latino-americanas.....	212
4.10.3. Os bastidores da codificação tributária no Brasil .....	218
4.10.4. Antecedentes nacionais e as influências do Anteprojeto e do Projeto de Código Tributário Nacional.....	221
4.10.5. O Anteprojeto, o Projeto e a versão final do Código Tributário Nacional: a consolidação da codificação tributária no Brasil.....	223
5. A difusão da literatura tributária a partir da década de 1950: a consolidação disciplinar inicial (autonomia teórica).....	229
6. Tendências positivistas no período inicial de consolidação disciplinar.....	235
7. Traços diferenciais da doutrina do direito tributário brasileiro perante a experiência estrangeira: a influência da constitucionalização e da codificação.....	242
8. A institucionalização disciplinar do ensino: a consagração da autonomia do ensino do Direito Tributário frente à Ciência das Finanças e ao Direito Financeiro no Brasil.....	251

## CAPÍTULO II

### PERÍODO DISCIPLINAR E A FORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE ESTUDO DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1. Aspectos preliminares: os antecedentes teóricos necessários à consolidação da pesquisa e do ensino do Direito Tributário no Brasil.....	267
1.1. Brevíssimo retrospecto sobre a autonomia na literatura tributária estrangeira fundacional.....	271
1.2. A contribuição das Escolas italianas de Pávia e de Nápoles para o debate sobre as relações entre Direito Financeiro e Ciência das Finanças.....	281
1.3. Tendências interpretativas do Direito Tributário no processo disciplinar.....	288
1.3.1. Os antecedentes hermenêuticos ao processo disciplinar do Direito Tributário.....	288
1.3.2. A consideração econômica e o combate ao abuso de formas do Direito Privado.....	293
1.3.3. A recepção da literatura tributária estrangeira sobre a consideração econômica.....	296
2. Os reflexos do debate autonomista no processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro.....	302
2.1. A primeira posição sobre o problema autonomista no Brasil: autonomia jurídica, dogmática ou científica do Direito Tributário Brasileiro.....	302
2.1.1. A tentativa inicial de inclusão da interpretação econômica na codificação tributária brasileira.....	308
2.1.2. A recepção favorável da autonomia científica, dogmática ou jurídica à interpretação econômica na década de cinquenta.....	314
2.2. A consolidação da segunda posição sobre a autonomia do Direito Tributário no Brasil: a autonomia meramente didática do Direito Tributário.....	320
2.2.1. Década de 1960 e a influência inicial do positivismo kelseniano.....	320
2.2.2. O progressivo afastamento das relações entre Direito Tributário e Ciência das Finanças na doutrina brasileira e a contribuição inicial de Alfredo Augusto Becker.....	322
2.2.2.1. A oposição à interpretação econômica.....	330

2.2.3. A difusão da autonomia meramente didática a partir dos anos 1960 no Brasil.....	333
3. Os reflexos graduais do Neopositivismo ou Positivismo Lógico na realidade jurídica brasileira .....	339
4. Reflexos do regime militar no processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro a partir da década de 1960 .....	349
4.1. A constitucionalização do “Sistema Tributário Nacional” e reflexos doutrinários.....	369
5. A estruturação histórica das estratégias de estudo e ensino do Direito Tributário: o exemplo estrangeiro e as dificuldades de enquadramento da experiência brasileira.....	378
6. As estratégias de estudo e ensino do Direito Tributário em São Paulo.....	391
6.1. A contribuição da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) para o estudo e ensino do Direito Tributário no Brasil.....	394
6.2. A contribuição da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para a consolidação do ensino do Direito Tributário no Brasil .....	405
6.2.1. O intercâmbio teórico e a difusão do método jurídico da PUC-SP .....	411
6.2.2. O esforço na harmonização de premissas jurídicas aplicáveis ao Direito Tributário e as características da Faculdade de Direito da PUC-SP.....	417
6.3. As contribuições além do “Eixo USP e PUC-SP” no período.....	423
6.4. O reforço estratégico dos institutos de pesquisa e extensão e das revistas tributárias no processo disciplinar do Direito Tributário a partir da década de sessenta do século XX.....	438
7. Tendências históricas consolidadas pela gradual preferência ao positivismo formalista no estudo e no ensino do Direito Tributário Brasileiro.....	451
7.1. A preferência pela interpretação a partir do dogmatismo normativo formal.....	451
7.2. Repercussões normativistas ao estudo do Direito Tributário Brasileiro .....	455
7.3. A refração à consideração econômica.....	461
7.4. A atividade interpretativa sob a perspectiva do dogmatismo normativo formalista.....	466
7.5. A gradual prevalência da sistematização constitucional tributária segundo o positivismo e o formalismo jurídico.....	470

8. Resquícios do diálogo entre Direito Tributário e outros ramos do conhecimento (e notadamente a Ciência das Finanças) na doutrina brasileira a partir da década de 1980.....	478
9. A prevalência do positivismo e do formalismo jurídico no ambiente antidemocrático brasileiro (1964-1985).....	485

### **CAPÍTULO III**

## **O PROCESSO DISCIPLINAR DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

1. Aspectos Preliminares: os riscos e desafios da abordagem do passado recente ou do “presente” .....	497
2. Os fatores contemporâneos que impulsionam o processo disciplinar do Direito Tributário contemporâneo (o limiar do século XX para o século XXI).....	504
2.1. O Estado Fiscal contemporâneo e a tributação.....	504
2.2. “Globalização”, “sociedade de riscos” e reflexos na tributação.....	510
2.3. Constitucionalismo Tributário Brasileiro a partir de 1988 e repercussões teóricas heterogêneas no período.....	519
2.3.1. Antecedentes: o ambiente constitucional democrático europeu pós-Guerra e os reflexos (seletivos) na literatura tributária no período.....	519
2.3.2. A contribuição dos tributaristas para a elaboração da Constituição de 1988 no período de transição democrática (1985-1988).....	529
2.3.2.1. A tentativa de criação de justiça tributária especializada no período de redemocratização (autonomia do contencioso judicial tributário).....	537
2.3.3. Tendências pós-positivistas e constitucionalismo democrático brasileiro.....	539
2.3.4. A elevação principiológica no processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro.....	545
2.3.5. Das diferentes concepções das espécies normativas na literatura do Direito Tributário no Brasil.....	563
2.3.6. O fortalecimento dos Direitos Fundamentais no Constitucionalismo Tributário Brasileiro contemporâneo.....	570



2.3.7. O processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro, o ambiente garantista (principiológico e regulatório) na égide da Constituição de 1988 e as preocupações da literatura tributária nacional a partir da década de 1990.....	576
3. A consolidação das estratégias de estudo e ensino no período disciplinar democrático a partir da década de noventa do século XX.....	584
3.1. A polarização do estudo e ensino e as transformações internas nas cátedras de Direito Tributário na década de 1990 .....	584
3.2. A ramificação das revistas tributárias e dos institutos de pesquisa e extensão (ou associações) de Direito Tributário a partir da década de 1990.....	594
4. O perfil heterogêneo das propostas de estudo e ensino do Direito Tributário e o amadurecimento das “Escolas” a partir da década de 1990.....	599
4.1. O “Giro Linguístico” e o Direito Tributário: a contribuição de Paulo de Barros Carvalho.....	603
4.2. A “Virada Kantiana” e o Direito Tributário: a contribuição de Ricardo Lobo Torres .....	612
4.3. Teoria Geral do Direito, “Ciência Feliz”, a Hermenêutica Histórica e o Direito Tributário: a contribuição de José Souto Maior Borges .....	617
5. Desdobramentos recentes no processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro contemporâneo (século XXI) .....	623
5.1. Problemáticas contemporâneas identificadas na Ciência do Direito Tributário Brasileiro.....	630
5.2. O processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro contemporâneo diante do desafio da interdisciplinaridade propriamente dita .....	652
6. Brevíssima notícia dos últimos quinze anos do processo disciplinar do Direito Tributário Brasileiro .....	689
Considerações Finais .....	713
Referências Bibliográficas .....	743